

Crusoe

50

www.crusoe.com.br - 12.04.2019

EXCLUSIVO

“O amigo do amigo de meu pai”

Marcelo Odebrecht revela à Lava Jato que esse era o codinome de Dias Toffoli na empreiteira

POR RODRIGO RANGEL E MATEUS COUTINHO



O presidente do Supremo: mensagens se referem ao período em que ele chefiou a AGU, no governo Lula

"O amigo do amigo de meu pai"

Em documento a que Crusoé teve acesso, o empreiteiro Marcelo Odebrecht revela à Lava Jato o codinome usado para se referir a Dias Toffoli na empreiteira

11.04.19 18:00



RODRIGO RANGEL



MATEUS COUTINHO

Na última terça-feira, um documento explosivo enviado pelo empreiteiro-delator Marcelo Odebrecht foi juntado a um dos processos da Lava Jato que tramitam na Justiça Federal de Curitiba. As nove páginas trazem esclarecimentos que a Polícia Federal havia pedido a ele, a partir de uma série de mensagens eletrônicas entregues no curso de sua delação premiada.

No primeiro item, Marcelo Odebrecht responde a uma indagação da Polícia Federal acerca de codinomes que aparecem em e-mails cujo teor ainda hoje é objeto de investigação. A primeira dessas mensagens foi enviada pelo empreiteiro em 13 de julho de 2007 a dois altos executivos da Odebrecht, Irineu Berardi Meireles e Adriano Sá de Seixas Maia. O texto, como os de centenas de outras e-mails que os executivos da empreiteira trocavam no auge do esquema descoberto pela Lava Jato, tinha uma dose de mistério.

Marcelo Odebrecht pergunta aos dois: “Afiml vocês fecharam com o amigo do amigo do meu pai?”. É Adriano Maia quem responde, pouco mais de duas horas depois: “Em curso”. A conversa foi incluída no rol de esclarecimentos solicitados a Marcelo

Odebrecht. Eles queriam saber, entre outras coisas, quem é o tal "amigo do amigo do meu pai". E pediram que Marcelo explicasse, "com o detalhamento possível", os "assuntos lícitos e ilícitos tratados, assim como identificação de eventuais codinomes".

A resposta do empreiteiro, que após passar uma longa temporada na prisão em Curitiba agora cumpre o restante da pena em regime domiciliar, foi surpreendente. Escreveu Marcelo Odebrecht no documento enviado esta semana à Lava Jato: "(A *mensagem*) Refere-se a tratativas que Adriano Maia tinha com a AGU sobre temas envolvendo as hidrelétricas do Rio Madeira. 'Amigo do amigo de meu pai' se refere a José Antonio Dias Toffoli". AGU é a Advocacia-Geral da União. Dias Toffoli era o advogado-geral em 2007.

O empreiteiro prossegue, acrescentando que mais detalhes do caso podem ser fornecidos à Lava Jato pelo próprio Adriano Maia. "A natureza e o conteúdo dessas tratativas, porém, só podem ser devidamente esclarecidos por Adriano Maia, que as conduziu", afirmou no documento, obtido por **Crusoé**.

Esclarecimentos do Colaborador da Justiça MARCELO BAHIA ODEBRECHT em resposta ao Ofício nº 1280/2019 – IPL 1365/2015-4 SR/PF/PR

- (i) esclarecimento, com o detalhamento possível, dos assuntos lícitos e ilícitos tratados, assim como identificação de eventuais codinomes, nos e-mails da f. 39, 97/98, 121/1 22, 154, 624/627, 715 do arquivo "i 07.05.2018 Anexo 4_1_4.pdf":

a. f. 39:

De: Adriano Sa de Seixas Maia
Enviado em: sexta-feira, 13 de julho de 2007 13:30
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Irineu Berardi Meireles
Assunto: RES:
Em curso.
-----Mensagem original-----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: sexta-feira, 13 de julho de 2007 11:09
Para: Irineu Berardi Meireles
Cc: Adriano Sa de Seixas Maia
Assunto:
Afinal vocês fecharam com o amigo do amigo de meu pai?

Refere-se a tratativas que Adriano Maia tinha com a AGU sobre temas envolvendo as hidrelétricas do Rio Madeira.

"Amigo do amigo de meu pai" se refere a José Antonio Dias Toffoli. A natureza e o conteúdo dessas tratativas, porém, só podem ser devidamente esclarecidos por Adriano Maia, que as conduziu.

Trecho do documento enviado pelo empreiteiro-delator à Lava Jato: primeiro o e-mail, e depois (em destaque) as explicações de Marcelo Odebrecht

Adriano Maia se desligou da Odebrecht em 2018, depois do turbilhão que engoliu a empreiteira. Ex-diretor jurídico da construtora, seu nome já havia aparecido nos depoimentos da delação premiada de Marcelo Odebrecht. Ele é citado como conhecedor dos negócios ilícitos da empresa. O empreiteiro diz que Adriano Maia sabia, por exemplo, do pagamento de propinas para aprovar em Brasília medidas provisórias de interesse da Odebrecht. Ele menciona, entre os casos, a MP que resultou no chamado "Refis

da Crise” e permitiu a renegociação de dívidas bilionárias após acordos pouco ortodoxos com os ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci.

Adriano Maia também aparece em outras trocas de mensagens com Marcelo Odebrecht que já constavam nos inquéritos da Lava Jato. Em uma delas, também de 2007, Odebrecht o orienta a estreitar relações com Dias Toffoli na Advocacia-Geral da União. Àquela altura, a Odebrecht tinha interesse, juntamente com outras construtoras parceiras, em vencer a licitação para construção e operação da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira. Na AGU, Toffoli havia montado uma força-tarefa com mais de uma centena de funcionários para responder, na Justiça, às ações que envolviam o leilão.

Havia um esforço grande do governo para dar partida às obras. O leilão para a construção da usina de Santo Antônio foi realizado em dezembro de 2007, cinco meses após a mensagem em que Marcelo Odebrecht pergunta aos dois subordinados se eles “fecharam com o amigo do amigo de meu pai”. A disputa foi vencida pelo consórcio formado por Odebrecht, Furnas, Andrade Gutierrez e Cemig. A Lava Jato trabalha para destrinchar o que há por trás

dos e-mails – e dos codinomes que, agora, a partir dos esclarecimentos de Marcelo Odebrecht, são conhecidos.

Rodrigo Félix Leal/Futura Press/Folhapress



Marcelo: na delação, ele diz que o subordinado sabia dos crimes da empreiteira

A menção a Dias Toffoli despertou, obviamente, a atenção dos investigadores de Curitiba. Uma cópia do material foi remetida à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para que ela avalie se é o caso ou não de abrir uma frente de investigação sobre o ministro – por integrar a Suprema Corte, ele tem foro privilegiado e só pode ser investigado pela PGR.

Os codinomes relacionados às amigas de Marcelo

e do pai dele, Emílio Odebrecht, já apareciam nas primeiras mensagens da empreiteira às quais a Polícia Federal teve acesso, ainda na 14ª fase da Lava Jato, deflagrada em junho de 2015. No material, havia referências frequentes a “amigo”, “amigo de meu pai” e “amigo de EO”.

Demorou pouco mais de um ano para que os investigadores colocassem no papel, pela primeira vez, que o “amigo de meu pai” a que Marcelo costumava se referir era Lula – o ex-presidente conhecia Emílio Odebrecht desde os tempos em que era sindicalista. As mensagens passaram a fazer ainda mais sentido depois. Elas quase sempre tratavam de assuntos relacionados ao petista.

Se havia a certeza de que o “amigo de meu pai” era Lula, ainda era um enigma quem seria o tal “amigo do amigo de meu pai”. Sabia-se que, provavelmente, era alguém próximo a Lula. Mas faltavam elementos para cravar o “dono” do codinome e, assim, tentar avançar na apuração. A alternativa que restava era, evidentemente, perguntar ao próprio Marcelo Odebrecht. E assim foi feito.

Há fundadas razões, como se diz no jargão jurídico, para Dias Toffoli ser tratado por Marcelo Odebrecht

como “amigo do amigo de meu pai” – amigo de Lula, portanto. O atual presidente do Supremo foi, durante anos a fio, advogado do PT. Com a chegada de Lula ao poder, ascendeu juntamente com os companheiros. Sempre manteve ótima relação com o agora ex-presidente, que está preso em Curitiba.

Em 2003, Dias Toffoli foi escolhido para ser o subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil. Naquele tempo, o ministro era José Dirceu. Toffoli ocupou o posto até julho de 2005. Em 2007, foi nomeado por Lula chefe da Advocacia-Geral da União, um dos cargos mais prestigiosos da máquina federal. Em 2009, deu mais um salto na carreira: Lula o escolheu para uma das onze vagas de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nesta quinta-feira, **Crusoé** perguntou a Dias Toffoli que tipo de relacionamento ele manteve com os executivos da Odebrecht no período em que chefiava a AGU e, em especial, quando a empreiteira tentava vencer o leilão para a construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira. Até a publicação desta edição, porém, o ministro não havia respondido.



A usina de Santo Antônio, em Rondônia: uma das prioridades da era petista

Os outros e-mails listados na resposta de Marcelo Odebrecht ao pedido de esclarecimentos feito pela Polícia Federal trazem mais bastidores da intensa negociação travada entre a empreiteira e o governo em torno dos leilões para a construção das usinas na região amazônica – projetos que, na ocasião, eram tratados por Brasília com grande prioridade e que, como a Lava Jato descobriria mais tarde, viraram uma fonte generosa de propinas para a cúpula petista.

Ao explicar uma das mensagens, Marcelo Odebrecht volta a envolver o ex-presidente Lula diretamente nas controversas negociações com a companhia. Ao

se referir à decisão da empresa de abrir mão de um contrato de exclusividade com seus fornecedores no processo de licitação da usina de Santo Antônio, Marcelo afirma que a medida foi adotada a partir de uma conversa privada entre Lula e Emílio Odebrecht.

Diz ele: “Esta negociação foi feita entre Emílio Odebrecht e o presidente Lula (‘amigo de meu pai’) que prometeu compensar a Odebrecht em dobro (de alguma forma que só Emílio Odebrecht pode explicar)”. Também há menção a Dilma Rousseff, tratada em um dos e-mails como “Madame”. A então ministra da Casa Civil de Lula era vista, àquela altura, como um empecilho aos projetos da Odebrecht na área de energia na região norte do país. As mensagens trazem, ainda, referências aos pedidos de propina relacionados aos leilões, que chegavam por intermédio de João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT.

Com as respostas do empreiteiro-delator, a Lava Jato deverá dar mais um passo nas investigações sobre os leilões das hidrelétricas. Uma das frentes de apuração, que mira a construção da usina de Belo Monte, já está avançada. Quanto à menção de Marcelo Odebrecht a Dias Toffoli, não se sabe, até aqui, se a Procuradoria-Geral da República pedirá

algum tipo de esclarecimento ao ministro antes de decidir o que fazer. Como advogado-geral da União, Toffoli tinha a atribuição de lidar com o tema. Até por isso, não é possível, apenas com base na menção a ele, dizer se havia algo de ilegal na relação com a empreiteira. Mas explicações, vale dizer, são sempre bem-vindas.



Influência em baixa às vésperas da nova prisão: o petista é até ouvido pelos companheiros, mas poucos seguem o que ele diz

O ocaso de Dirceu

A melancolia do outrora todo-poderoso chefe petista nos dias que antecedem a sua volta à prisão

11/04/2019 18:00



CAIO JUNQUEIRA

► OUVIR NOTÍCIA

Chefe do mensalão, expoente do petrolão e condenado a mais de 30 anos de prisão, o ex-ministro José Dirceu vive seus últimos e melancólicos

dias de liberdade antes do certo retorno à cadeia.

A influência no PT, o partido que ajudou a estruturar e a chegar ao poder, se esvaiu. As vendas do livro no qual apostou para pagar suas contas ficou aquém das expectativas. Sua festa de aniversário, em março, foi esvaziada. Os companheiros de partido mais próximos até tentam agradá-lo, com conversas frequentes, mas ele já não é mais nem a sombra do que foi no auge da era petista no poder. As alegrias que vem tendo são poucas, como a provocação de mau gosto que seu filho, o deputado Zeca Dirceu, fez há duas semanas ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ao dizer que ele era “tchutchuca” com os abastados do país.

A volta à prisão é iminente. Em breve, ele será recolhido à penitenciária da Papuda, onde já esteve por uma longa temporada. O retorno ao cárcere se dará provavelmente em maio, quando o Tribunal Regional Federal da 4ª Região julgará seu último recurso em uma ação da Lava Jato na qual ele é acusado de receber 2,1 milhões de reais em propinas decorrentes de um contrato da Petrobras com uma fornecedora de tubos.

Esse é apenas mais um entre vários processos a que o ex-todo-poderoso ministro petista responde por sua participação no petrolão. Nesse caso, foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A pena é de onze anos e três meses de prisão.

Dirceu está solto desde junho de 2018, graças a uma iniciativa do atual presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, seu ex-subordinado no PT e no governo Lula. Àquela altura, Toffoli integrava a Segunda Turma da corte e decidiu rever a pena do petista de ofício – sem que houvesse pedido da defesa. A decisão foi acompanhada por Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski.

O processo era distinto daquele que o TRF deverá julgar no próximo mês. Referia-se ao recebimento de 15 milhões de reais em propinas pagas pela Engevix. Por essa frente de investigação da Lava Jato, Dirceu foi condenado a 23 anos e três meses de prisão por lavagem de dinheiro, corrupção ativa e organização criminosa.

Às condenações pelo esquema de corrupção na Petrobras se somam os sete anos e onze meses de prisão da pena por corrupção ativa que lhe foi

imposta pelo Supremo no processo do mensalão. No total, Dirceu cumpriu um ano de cadeia pelo mensalão e mais dez meses pelo petrolão — menos de 10% do somatório de todas as condenações.

O horizonte para o petista está longe de ser dos melhores. Além das sentenças que já carrega nas costas, ele é réu em outro processo, em que é acusado de receber 2,4 milhões de reais de empreiteiras por meio de contratos fictícios firmados com a sua empresa, a JD Consultoria.

Como se não bastasse, um relatório técnico do MPF apontou que a Odebrecht repassou, entre 2008 e 2012, pelo menos R\$ 13 milhões a “Guerrilheiro”, um codinome atribuído a José Dirceu pelos delatores da construtora. O documento, de novembro de 2018, foi juntado a uma investigação sobre o petista e seu filho, o deputado Zeca Dirceu, que tramitava no STF, mas acabou remetida à Justiça Eleitoral do Paraná em março deste ano por Edson Fachin. Ante a profusão de acusações, ele já admite que, desta vez, vai ficar um longo período em regime fechado.

Nas conversas com amigos e colegas de partido, Dirceu tem deixado transparecer o desânimo. Embora ainda insista em tratar de política, e se

esmere na distribuição de recomendações a serem seguidas pelo PT na oposição, ele gasta a maior parte do tempo falando sobre a expectativa do retorno à prisão.



O lançamento do livro em Ilhéus, na Bahia, foi dentro de um circo

Estranhamente, gosta de lembrar das temporadas que passou na Papuda. Fala da rotina, da disciplina e das amizades. Principalmente aquelas que fez com políticos com os quais compartilhou a vida no cárcere, seja na Papuda, seja em Curitiba, onde também esteve preso. É o caso dos ex-senadores Luiz Estevão e Gim Argello, do ex-deputado Pedro Correa e do ex-tesoureiro petista João Vaccari Neto.

A relação com Estevão, especialmente, tornou-se estreita. Adversários políticos no passado, os dois ficaram muito próximos na cadeia. Conversavam diariamente. Tratavam de política e de estratégias de defesa. O ex-senador chegou a oferecer a Dirceu a posição de articulista político em um site de sua propriedade. Depois, foi aconselhado a recuar da oferta porque a parceria não soaria bem.

Ao desfiar suas memórias da Papuda, Dirceu gosta de contar que Luiz Estevão, condenado pelo desvio milionário das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, bancou uma reforma no presídio para que detentos como ele tivessem uma vida menos insalubre – as obras, que passaram a ser alvo de investigação do Ministério Público, foram feitas na ala da penitenciária para onde costumam ser levados os presos famosos.

“Chega na prisão, não dá para brigar com ela. Porque chega lá e tem insônia, depressão, toma remédio, chora, quer a mãe. Eu resolvi escrever. Mas tinha companheiros que só choravam. Não faziam a barba. Eu falava: ‘Você vai receber seus filhos assim? Vai se arrumar. Para de chorar’. É duro ficar preso. Mas a cadeia tem que ser uma trincheira”, diz.

Para além das conversas reservadas e da rotina de quase clausura (ele evita frequentar ambientes onde possa correr, o ex-ministro tem se dedicado a sessões de divulgação de seu livro, “Zé Dirceu Memórias – volume I”. Desde o lançamento, em novembro, ele já passou por 22 capitais e dezenas de cidades do interior do país. As sessões costumam ocorrer em sindicatos, centros culturais e até mesmo em circos. A aliados, ele jura que a venda dos livros é, hoje, sua principal fonte de renda.

“Ele está seguindo a vida normalmente, esperando as decisões judiciais. Está aí como camelô de livro, vendendo o livro dele pelas ruas”, diz Luiz Fernando Emediato, o editor de Dirceu. Até agora, já foram vendidos 30 mil exemplares do livro, cada um a 60 reais. O petista recebe em torno de 10% do valor bruto de cada unidade, o que permite concluir que, até agora, ele já faturou aproximadamente 180 mil reais pela obra – quase nada perto dos milhões apurados por ele nos esquemas de corrupção descobertos pela Lava Jato. As vendas ficaram abaixo do esperado. “Foram um pouco menos que as projetadas”, admite o editor, atribuindo o fracasso à situação de penúria das maiores livrarias do país.

Além da renda com o livro, por ter sido deputado, Dirceu também recebe uma aposentadoria de aproximadamente 10 mil reais. Seus bens, avaliados em mais de 11 milhões de reais, estão bloqueados. O petista vive com a filha e a mulher em um apartamento emprestado pela sogra em um bairro nobre de Brasília.

Os encontros para divulgar o livro – e levantar dinheiro – são organizados por militantes que garantem atuar voluntariamente. Em muitas ocasiões, o PT oferece ajuda com o espaço de seus diretórios para as sessões de autógrafos. Mas poucos dos figurões petistas comparecem, o que só confirma que a influência de outrora se esvaiu. Dirceu é ouvido, mas suas posições já não são determinantes. “Não é alguém que o PT vai tomar uma decisão a partir do que ele fala”, disse a **Crusoé** um dirigente do partido.



Dirceu se orgulha das patacoadas do filho: poucos prazeres antes da volta à Papuda

Na noite desta quinta-feira, 11, **Crusoé** acompanhou uma dessas sessões de lançamento do livro no Gama, cidade-satélite de Brasília situada a 35 quilômetros da Esplanada dos Ministérios. Era o retrato perfeito da nova fase de Dirceu. Na “Casa 5”, um espaço para eventos típico das periferias das capitais, encravado em uma rua escura, com calçamento irregular e repleta de bares com idosos jogando dama nas calçadas tendo ao fundo o som de cânticos de igrejas evangélicas vizinhas, não havia mais que 50 pessoas.

No salão de cerca de 300 metros quadrados, o petista falou por quase uma hora sobre a formação

do estado brasileiro enquanto crianças aproveitavam, bem ao lado, um pula-pula. Pouco antes de Dirceu comer a falar, Chico Vigilante, deputado distrital e fundador do PT no Distrito Federal, fez um apelo aos presentes, repetindo a história de que o companheiro está necessitado: “É importante adquirir o livro porque o Zé não tem patrimônio e quer deixar uma poupança para a filha. Ele não sabe a situação dele nos próximos meses porque ninguém respeita a Constituição”.

Dirceu discorreu sobre a história do país (sob a ótica petista, claro), fez ataques ao presidente Jair Bolsonaro e abordou os dilemas do PT. “Se a situação mudou, nós temos que mudar. É ilusão pensar que não podem surgir outros partidos e lideranças. Quem aqui sabe o nome de alguém da direção do PT?”, provocou. Ninguém sabia. Para ele, tudo está mudando e o partido precisa se adaptar. Citou como exemplo da mudança a proximidade do petismo com grupos que, até há pouco, quando o partido estava no poder, eram tratados como inimigos: “Quem diria há seis meses que estaríamos hoje defendendo o STF? Que estaríamos defendendo a Globo e a Folha contra o Bolsonaro? Que a CNA (*Confederação Nacional da Agricultura*) iria nos chamar para conversar?”. Ele se negou a falar com

Adriano Machado/Crusoé



O evento desta quinta na cidade do Gama, perto de Brasília: menos de 50 presentes

O papel diminuído de Dirceu no PT é bem exemplificado pelo espaço que Dirceu terá no seminário que o partido realiza neste final de semana. Batizado de “O PT e os desafios da esquerda no século 21: utopia e resistência”, ele participará de uma mesa que discutirá “Estratégia Socialista e defesa da democracia no Brasil”. Ao seu lado estarão gente do quilate do ex-senador Lindbergh Farias, derrotado na eleição de 2018, e Juliano Medeiros, presidente do PSOL. Outro exemplo é a festa mirrada para comemorar seus 73

anos, em março. O clima era de despedida. O petista se emocionou por diversas vezes. Em um claro sinal de vacas magras, foi pedido que cada convidado levasse aquilo que fosse beber. Não havia nenhum expoente petista na confraternização.

Apesar da perda de influência, Dirceu tem mantido relação permanente com os correligionários, em especial deputados e senadores do PT. Fala com alguns deles ao telefone pelo menos uma vez ao dia e participa de reuniões informais, sempre fora do partido, onde evita passar. Está alinhado a um movimento crescente para que a legenda se descole da pauta “Lula Livre” e passe a atuar em outras frentes, com o objetivo de evitar o isolamento político.

A avaliação desse grupo é a de que a pauta única em torno da libertação do ex-presidente pode até segurar o terço do eleitorado que os petistas acreditam ter, de qualquer modo, em todas as eleições. No entanto, o samba de uma nota só, dizem, impede a sigla de romper essa bolha e, conseqüentemente, voltar a ser uma alternativa de poder em 2022 – um sonho que os petistas ainda acalentam, apesar da fragorosa derrota em 2018.

Se prevalecer, esse movimento provavelmente resultará no afastamento da deputada Gleisi Hoffmann, a maior entusiasta da agenda “Lula Livre”, do comando partidário na eleição interna, prevista para outubro. Nas últimas semanas, diversos petistas, como o deputado José Guimarães, os senadores Jaques Wagner e Humberto Costa, o governador do Piauí, Wellington Dias, e o ex-ministro Luiz Dulci desembarcaram na cadeia em Curitiba para medir o ânimo de Lula em relação a uma eventual mudança na linha de atuação do partido.

O ex-presidente, que antes estava fechado com a recondução de Gleisi, agora tem dito que “ainda é cedo para falar disso”. Para quem conhece o chefe petista, trata-se de um sinal claro de que ele já começa a aceitar a substituição de Gleisi. Dirceu, porém, embora apoie essa estratégia, está longe de liderá-la. Sinal dos tempos.

O ocaso do ex-ministro tem feito também com que ele ensaie uma espécie de autocrítica sobre o período em que o PT governou o país, algo que ele mesmo sempre se recusou a fazer. “Uma coisa é caixa 2 de campanha e relação com empresas para campanhas eleitorais. Se temos que fazer uma autocrítica, é aqui. Mas sabemos que Lula está preso

pela esquerda, pelo PT”, disse ele no evento desta quinta. Em um jantar recente com parlamentares, questionou: “Lula precisou criar maioria e trouxe junto os vícios da política, Haveria outro caminho?”. Defendeu ainda que o partido se renove e se repense. Aproveitou para se defender das inúmeras acusações e condenações contra ele na Justiça. Refutou ter cometido qualquer crime e apontou que quem o acusa, os delatores, foram os que mais ganharam dinheiro por meio dele. A Justiça, como é sabido, pensa diferente.



A angolana Isabel dos Santos ganhou participações em diversas empresas estatais durante o governo de seu país, José Eduardo dos Santos

A princesa dos ovos podres

A ascensão e queda da filha do ex-presidente de Angola, Isabel dos Santos, que chegou a ter 4 bilhões de dólares ao herdar negócios estatais

11/04/2019 18:00



DUDA TEIXEIRA

► OUVIR NOTÍCIA

Há apenas cinco anos, a angolana Isabel dos Santos teve sua fortuna pessoal avaliada em 4 bilhões de dólares pela revista *Forbes*. Na época, ela participava de eventos sociais e era tratada como um exemplo de empresária independente e de sucesso.

Seus investimentos em Portugal eram festejados como uma colonização ao avesso, capazes de aliviar a situação do pequeno país europeu, ainda tentando se recuperar da crise. Formada em engenharia eletrotécnica pelo King's College de Londres, seu currículo a vendia como uma poliglota capaz de falar fluentemente português, inglês, russo, francês, espanhol e italiano. Para ilustrar a lenda que ela mesma ajudou a cultivar, Isabel contava que se iniciara no mundo dos negócios aos 6 anos de idade, vendendo ovos para funcionários da estatal petrolífera Sonangol. "Sou uma empreendedora que acredita que temos de tomar a iniciativa e descobrir as nossas próprias respostas", dizia ela.

De lá para cá, a trajetória de Isabel entrou em curva descendente. Em novembro de 2017, Isabel foi exonerada do cargo de diretora da Sonangol pelo atual presidente do país, João Lourenço. Em março deste ano, ela perdeu uma disputa judicial dentro da empresa de telecomunicações de Angola, a Unitel. Isabel e outros acionistas foram obrigados a pagar o equivalente a 2,5 bilhões de reais para a operadora brasileira Oi, que detém 25% do negócio. Até a primeira quinzena de maio, ela também pode ser substituída na presidência do conselho da companhia. Em Angola, Isabel agora é conhecida

como a “princesa dos ovos podres”. Em Portugal, tornou-se um “não assunto”, como dizem os lisboetas.

A ascensão de Isabel no mundo dos negócios internacionais não poderia ter ocorrido sem os favorecimentos de seu pai, José Eduardo dos Santos. No início da guerra civil, que teve início em 1961 e só terminaria em 2002, ele se juntou ao Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) e participou de ataques contra a ordem constituída. Em 1963, viajou para a União Soviética com uma bolsa para estudar engenharia e organizar os rebeldes comunistas. Lá, conheceu uma campeã russa de xadrez, com quem teve a filha, Isabel. Logo que a independência de Angola foi proclamada, em 1975, Santos tornou-se ministro de Relações Exteriores. Com a morte do presidente, Agostinho Neto, ele foi eleito para ocupar o seu lugar, em 1979.



Ato de lançamento da agenda política do partido MPLA, em 2019: partido está no poder desde a independência, em 1975

Durante a Guerra Fria, Angola tornou-se uma referência comunista. Em 1982, em um dos breves períodos de paz, o país recebeu a visita de um grupo de artistas brasileiros. Entre eles estava o cantor Chico Buarque, que na viagem compôs a canção *Morena de Angola* ("morena, bichinha danada, minha camarada do MPLA"). Dois anos depois, o presidente José Eduardo dos Santos estabeleceu seu primeiro contato com a construtora brasileira Odebrecht. A partir daí, Emílio Odebrecht, pai de Marcelo, fez reuniões anuais com o angolano para tratar sobre os projetos em andamento: a construção de supermercados, estradas, refinarias, hidrelétricas, shopping centers e obras de saneamento. Um dos

objetivos, segundo Emílio, era o de transformar os militares que tinham atuado na independência do país e na guerra civil em empresários. Com a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores à presidência do Brasil em 2003, o vínculo se estreitou e Angola se tornou um dos maiores destinos de fundos do BNDES.

Ricardo Stuckert/PR



Em 2014, o ex-presidente Lula encontrou-se com José Eduardo dos Santos em Angola, um dos principais destinos dos empréstimos do BNDES

Os investimentos em Angola não resultam em melhora na condição de vida da população. No início deste ano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento constatou que um em cada dois habitantes vive na pobreza. Os dividendos obtidos com a exploração de petróleo e diamantes só

terminaram por beneficiar uma reduzida elite nacional, que incluía militares e, claro, a família do presidente. Com o fim da União Soviética, em 1991, o governo desistiu do marxismo-leninismo e voltou-se para a iniciativa privada. Esse processo, contudo, não teve como consequência a liberalização da economia, mas a instauração de um “capitalismo de camaradas”, em que os grandes negócios foram entregues para pessoas afeitas ao regime. Foi um processo muito similar ao que criou os oligarcas bilionários russos. Isabel, que nessa época estava voltando da faculdade na Inglaterra, foi uma das maiores agraciadas.

“O estado angolano privatizou diversos negócios e passou as ações para o nome de Isabel, que era sócia em vários deles. Todas essas transferências foram sancionadas pelo Conselho de Ministros e aprovadas pelo presidente, de modo que tudo foi feito de maneira legal”, diz o sociólogo e historiador angolano Manuel Dias dos Santos, que criou a ONG Plataforma de Reflexão Angola, em Lisboa. Além disso, firmas de outros países interessadas em fazer negócios em Angola foram obrigadas a agradar a elite local, para conseguir autorizações e concessões. Isabel, que vivia no palácio presidencial com o pai, tornou-se acionista da maior empresa de

telecomunicações do país, a Unitel, de bancos, de empresas de energia, de companhias que exploram diamantes e de uma distribuidora de cimentos. Em 2000, foi ela quem negociou a venda de 25% da Unitel para a Portugal Telecom, fatia que depois iria para as mãos da brasileira Oi, hoje em recuperação judicial. “Obviamente, existe uma relação umbilical entre o sucesso dela como empresária e o fato de ser filha do ex-presidente. São duas coisas indissociáveis”, diz a socióloga angolana Karina Carvalho, diretora executiva da ONG Transparência e Integridade, em Lisboa.

Em junho de 2016, quando começou a deixar o poder depois de 38 anos como presidente, José Eduardo Santos tomou decisões centrais para preservar o seu status e o de sua família. Ele nomeou Isabel diretora da estatal de petróleo Sonangol. Além disso, escolheu uma empresa cujo filho José Filomeno era sócio para gerir o fundo soberano do país, criado para investir localmente cerca de 5 bilhões de dólares obtidos com a venda de petróleo. O presidente também apontou João Lourenço, outro veterano da luta pela independência, como o nome do MPLA para substituí-lo no comando do país.

Nem todos saíram como previsto. Assim que assumiu o poder, Lourenço teve que combater a corrupção, premido pela necessidade. O país, cuja exportação de petróleo representa um terço do PIB, afundava ainda mais com a queda mundial no preço do barril e o descontrole total da administração pública. Isabel foi exonerada da diretoria da Sonangol e seu irmão foi afastado da gestão do fundo soberano. Um punhado de membros do regime de Santos, que eram considerados “intocáveis”, foi preso.

Isabel hoje passa seus dias entre a Bélgica, onde mora com o marido congolês, e a Inglaterra, onde vive sua mãe russa. Seu pai mora em uma mansão costeira no bairro de Miramar, em Luanda, perto da Estrada da Samba, construída pela Odebrecht. “No seu combate à corrupção, Lourenço destruiu a elite antiga e tentou formar uma nova, de sua confiança. Mas ele não pode atacar diretamente a família Santos porque isso evidenciaria o fracasso do seu partido, o MPLA”, diz Manuel Dias dos Santos.

Sem mais influência no governo, Isabel atualmente se ocupa em defender-se nas arenas corporativas. Entre as irregularidades encontradas durante sua gestão na Unitel e que foram objeto de investigação na Câmara de Comércio Internacional, em Paris,

estavam transferências de bônus em dinheiro para si própria, um saque de 500 milhões de dólares dos cofres da companhia, triangulações com empresas das quais ela era dona, o não pagamento de dividendos para outros acionistas e a omissão de informações sobre as negociações da empresa. Ao ser interrogada pelos juízes, respondeu quarenta vezes que não sabia ou não se lembrava de nada.

Amparada seu pai, Isabel reinou soberana nas empresas criadas pelo governo de Angola e naquelas em que mantinha participação. Mas seu tempo acabou. Os ovos apodreceram.



Assange é retirado da embaixada do Equador, em Londres: ele pode pegar 5 anos de prisão nos Estados Unidos

Punição para o anti-herói

Preso pela polícia britânica depois de viver sete anos na embaixada do Equador, o australiano Julian Assange poderá pegar cinco anos de prisão por ter ajudado na invasão do sistema de computadores da Defesa americana

11/04/2019 18:00



DUDA TEIXEIRA

► OUVIR NOTÍCIA

Depois de sete anos vivendo com seu gato e monitorado por câmeras de segurança na

embaixada do Equador, em Londres, o hacker australiano Julian Assange, fundador do site Wikileaks, foi repentinamente retirado do local na quinta-feira, 11, por policiais e conduzido à força para dentro de uma van. De lá, foi levado para um tribunal na capital inglesa e colocado sob custódia.

A prisão imediatamente levantou críticas entre os amigos do australiano. Uma delas é a de que a detenção é uma afronta aos jornalismo e vai contra a liberdade de expressão. O Wikileaks, site de Assange, tem divulgado milhares de documentos secretos e se define como uma organização jornalística. Por essa perspectiva, se Assange foi detido após publicar matérias que incomodaram governos poderosos, como os Estados Unidos, qualquer jornalista também poderia se tornar vítima. “Condenamos veementemente a detenção de Julian Assange e a violação da liberdade de expressão. Nossa solidariedade com este irmão que é perseguido pelo governo dos Estados Unidos por revelar suas violações de direitos humanos, assassinatos de civis e espionagem diplomática”, escreveu o presidente boliviano Evo Morales, no Twitter.

A outra acusação que apareceu é a de que a prisão iria contra os direitos humanos. Assange

provavelmente será extraditado para os Estados Unidos, onde alguns estados ainda praticam a pena de morte. O hacker, segundo alguns, provavelmente não teria um julgamento imparcial e seria submetido a um destino cruel.

Nenhuma dessas especulações faz sentido. Os promotores americanos que indiciaram Assange no ano passado não falam nada sobre a divulgação de documentos. Nos Estados Unidos, a liberdade de expressão está consagrada pela Primeira Emenda da Constituição e qualquer ação contestando esse direito não teria vida longa. Durante o governo de Barack Obama, decidiu-se não processar Assange por seu trabalho no Wikileaks, porque o site é muito semelhante a um portal de notícias.

O crime pelo qual Assange deve responder nos Estados Unidos é o de ter ajudado o analista de inteligência Bradley Manning, que depois trocou de sexo e se tornou Chelsea, a invadir computadores do Departamento de Defesa do governo americano. O processo judicial narra uma conversa entre Julian Assange e Bradley Manning no dia 8 de março de 2010. No diálogo, Manning consegue passar para Assange parte de uma senha que estava arquivada no computador do Departamento de Defesa. Dois

dias depois, Assange retorna e pede mais informações sobre a senha para Manning. O australiano estava tentando quebrar o código, mas “não estava tendo muita sorte”.

Flickr Mitch Altman



Chelsea Manning (à direita) participa de evento em São Francisco, em 2017: conspiração com Julian Assange

Sobre o temor de que os direitos humanos de Assange seriam desrespeitados nos Estados Unidos como uma vingança política, não há por enquanto nada que justifique isso. Os ritos judiciais estão sendo rigorosamente seguidos.

Os juízes ingleses terão de decidir para onde mandarão o réu. Na Suécia, os processos por abuso sexual de mulheres contra ele foram arquivados,

mas ainda podem ser reabertos. “Acredito que muito provavelmente a Suécia não disputará com os Estados Unidos a preferência da extradição, dada a diferença da dimensão dos delitos”, diz o advogado Dorival Guimarães Pereira Júnior, professor de relações internacionais do Ibmec, em Belo Horizonte.

Uma vez nos Estados Unidos, Assange terá amplo direito de defesa. Se condenado, poderá pegar 5 anos de prisão. “Alguém que comete um crime deve pagar por ele, mesmo que alguns digam que isso tenha sido feito por motivos nobres”, diz o advogado Eduardo Felipe Matias, especialista em direito internacional e sócio do escritório Nogueira, Elias, Laskowski e Matias, em São Paulo. “Ainda que se possa não gostar dos Estados Unidos, ninguém pode dizer que a Justiça de lá não funciona.”



"O governo já não tem dado mais tanta barrigada por aí"

“O ruído está sendo superado”

Às vésperas da votação da reforma da Previdência na CCJ, o presidente da comissão defende que o Planalto converse mais com os deputados e diferencie os que “têm bons objetivos” da “minoria que não tem”

11/04/2019 19:03



IGOR GADELHA

► OUVIR NOTÍCIA

Em um churrasco no Paraná em outubro do ano passado, logo após sua primeira eleição para

deputado federal, Felipe Francischini disse a amigos e aliados: vou ser o próximo presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A maioria riu. Achava que um deputado de 27 anos de idade, e em primeiro mandato, jamais conseguiria presidir a comissão mais importante da casa. Felipe ignorou. E passou a estudar o perfil de cada um dos 52 deputados eleitos pelo seu partido, o PSL, que poderia reivindicar o comando da CCJ por ter a maior bancada. Analisou o eleitorado, a região em que cada um havia sido mais votado e a área de atuação de cada um dos correligionários. Com as informações na cabeça, passou a ligar para os colegas pedindo apoio.

Àquela altura, a deputada Bia Kicis, do PSL do Distrito Federal, propagava pelos quatro cantos que tinha o apoio de Jair Bolsonaro para assumir o posto. Isso acabou ajudando o paranaense, que conquistou apoios também fora do PSL, justamente com o discurso de que não era o candidato do Palácio do Planalto. Antes de ir para Câmara, Felipe havia cumprido um único mandato como deputado estadual pelo Paraná, entre 2015 e 2019. Até então, só ia a Brasília para visitar o pai, o delegado da Polícia Federal Fernando Francischini, que era deputado federal. Na última eleição, os dois

trocaram de lugar. Fernando, que queria ficar mais no estado porque pretende disputar a Prefeitura de Curitiba em 2020, agora despacha na Assembleia Legislativa do Paraná.

Formado em direito, Felipe Francischini sempre focou sua atuação na área de segurança, a exemplo do pai. A pauta o aproximou da família do hoje presidente Jair Bolsonaro. Entre um cigarro e outro (ele fuma, em média, dois maços por dia), o presidente da CCJ falou a **Crusoé** na última quarta-feira. Disse que falta uma “habilidade mais aguçada” da equipe de articulação política do Planalto, cobrou ações mais coordenadas, mas observou que, de duas semanas para cá, a relação do palácio com o Congresso tem melhorado. “Pelo menos o diálogo está fluindo de maneira mais tranquila. O governo já não tem dado mais tanta barrigada por aí”, afirmou. Eis os principais trechos da conversa:

A articulação política do governo está ruim mesmo ou o que se viu na audiência com o ministro Paulo Guedes foi um acidente de percurso?

É um processo muito natural que tem acontecido, na minha visão. Bolsonaro ganhou a eleição com apenas dois partidos, o PSL e o PRTB do vice-presidente Hamilton Mourão. Geralmente, no Brasil,

quando um presidente se elegia tinha dez, quinze partidos ao lado dele. O ato de sair da eleição e sentar na cadeira presidencial era muito fácil quando se trazia tantos partidos para dentro da base do governo, com a distribuição de ministérios, com indicações políticas. Com Bolsonaro foi diferente: já houve uma ruptura. No caso da construção da base no Congresso, o que aconteceu? Na primeira semana, já chegou a PEC da Previdência, que é uma proposta bastante polêmica. Vários fatores ajudaram a fazer com que a articulação inicial fosse muito difícil. É claro que falta uma habilidade mais aguçada da equipe que foi montada na articulação política. Não que eles não sejam boas figuras, mas falta uma ação integral, uma coordenação maior. Mas tenho percebido que, de duas semanas para cá, tem melhorado bastante essa relação. Acho que as coisas estão se assentando um pouco no Congresso. Pelo menos o diálogo está fluindo de maneira mais tranquila. O governo já não tem dado mais tanta barrigada por aí. É preciso que se comece a distinguir quem tem bons objetivos da minoria que não tem.

Qual é o real motivo do incômodo dos parlamentares com o presidente? É falta de cargo, de emendas, de atenção?

Na experiência brasileira, o Legislativo sempre entendeu que era uma prática natural fazer indicações políticas para o Executivo. Tem governo que abre para a corrupção, tem governo que não abre. Mas sempre foi um processo natural na construção da política brasileira. Quando o presidente Bolsonaro entra e tenta fazer uma ruptura nesse sistema, querendo mudar alguns critérios, é claro que há um certo desconforto com a mudança. Só vejo que muitos parlamentares ficaram, talvez, um pouco irritados com algumas posturas, não do presidente, mas do governo como um todo, de tentar criminalizar ou tentar colocar como se essas indicações fossem sempre uma prática ilícita. Essa relação está sendo recosturada agora. Muitos parlamentares hoje nem querem indicar para cargos no governo. Querem ser atendidos pelos ministérios, para levarem seus prefeitos, governadores. Querem ter portas abertas junto ao presidente para poder levar questões de projetos de lei. Agora o governo também dá a entender que abrirá *(a possibilidade de indicações)*, com currículo, com pessoas técnicas, obedecendo a muito critério e controle. Não será mais como

antigamente, quando se loteava ministério O presidente está implementando esse processo de mudança. O discurso inicial gerou esse ruído, mas está sendo superado.

O líder do governo, Major Vitor Hugo, enfrenta resistências até mesmo dentro do PSL. Uma eventual saída dele poderia melhorar a articulação política?

Acredito que a troca não altera. No começo da nossa legislatura, havia muitas críticas ao Major Vitor Hugo. Expus isso a ele. Vejo que o desgaste criado no início é justamente decorrente desse processo natural de que falei, que é o da construção de uma base que não existia, de ruptura de um sistema de distribuição de cargos. Qualquer líder do governo teria um problema muito grande diante dessa ruptura, porque até as coisas se ajeitarem, é um processo difícil.

O bate-cabeça dentro da bancada do PSL pode atrapalhar?

O PSL era um partido que tinha um deputado federal e passou a ter 55, na conta de hoje. Geralmente, o partido do presidente, do governador ou do prefeito tem uma forte relação com o Executivo. Nesse caso, não acontece. Todos os nossos deputados são

alinhados às pautas do presidente Bolsonaro. No entanto, o presidente nunca foi um dirigente partidário. Ele nunca exerceu comando formal sobre essas pessoas. Muitos deputados foram conhecer o presidente após a eleição. Concordavam com ele, defendiam, mas foram conhecer depois. No início, havia muito bate-cabeça dentro do PSL, havia muita divergência em pontos nevrálgicos. Hoje, vejo que está havendo um consenso maior, um direcionamento de ações mais efetivo que não demonstramos na sessão da leitura do parecer (*da PEC da reforma da Previdência*), mas acredito que isso vai ser corrigido com o tempo.

Adriano Machado/Crusoé



"Sou favorável ao parlamentarismo. No entanto, não é uma transição fácil"

A oposição tem feito bastante barulho na CCJ. O governo terá muita dificuldade na votação da reforma da Previdência na comissão?

A oposição faz o seu papel. Se você analisar historicamente, em projetos como reforma da Previdência, como reforma tributária, a oposição sempre vem com argumentos veementes, com uma postura mais rígida, cobrando aspectos do regimento interno que às vezes nem estão no regimento. Eles querem, às vezes, sobrestar essas discussões para ensejar um debate maior. Então, encaro com muita naturalidade a oposição fazer todas esses questionamentos e até um pouco de barulho na comissão. No entanto, espero que o governo e a oposição façam um acordo para haver menos obstruções na votação. O acordo não depende de mim, e sim da liderança do governo com a liderança da oposição. Se não houver acordo, claro que as cenas de ontem (*terça-feira, 9*) se repetirão, com muito debate, muita discussão e, eventualmente, a suspensão da sessão por alguns minutos. Mas, se acontecer o acordo, tudo será diferente.

Há possibilidade de a proposta ser alterada já na CCJ?

A chance sempre existe. No entanto, em uma questão de ordem que respondi, deixei assentado o precedente aqui da Câmara de que não se admite destaque em proposta de emenda à Constituição, muito menos emenda supressiva. O que pode acontecer é, no parecer do relator, ele retirar alguns trechos em virtude de desconformidade com a Constituição. Então, caso a comissão entenda que isso deve acontecer, ou o relator vai mudar seu relatório para prestigiar o entendimento, ou podem fazer outro relatório paralelo e aprovar esse relatório. É possível a modificação. Não por emenda, mas apenas via texto do relator. Não acredito que vai acontecer.

Outros temas polêmicos passarão pela CCJ, entre eles, uma proposta do senador José Serra para implementar o parlamentarismo no país. O que pensa sobre isso?

Sou favorável ao parlamentarismo. De todos os estudos que fiz, acredito que é o sistema mais adequado. Não é, porém, uma transição fácil. Qualquer discussão sobre parlamentarismo tem que ser com muito pé no chão, com muita

responsabilidade. Sou favorável, desde que coloque alguns limites e nuances brasileiras dentro do parlamentarismo.

A proposta de José Serra prevê a mudança já a partir de 2022.

Acho muito cedo. Na minha visão, que pode não ser a visão da comissão, uma transição de dois ou três mandatos seria mais adequada.

Outro tema que poderá passar pela CCJ é a prisão após condenação em segunda instância. O senhor é favorável?

Sou favorável. Na nossa reunião na CCJ, inclusive, alguns deputados pediram para eu designar logo um relator. O relator antigo era o deputado Rubens Bueno. Vou avaliar essa questão. Os deputados são favoráveis, em sua maioria, à prisão após condenação em segunda instância, mas têm a certeza de que isso precisa ser feito por proposta de emenda à Constituição, e não por projeto de lei. É algo que vamos analisar depois da reforma da Previdência.



"Em qualquer país que tem legislação coerente, os impostos são unificados"

Também há uma discussão na Câmara sobre criminalizar o caixa 2. Se a criminalização passar, os deputados tentarão anistiar quem recorreu a essa prática no passado?

Não vejo uma anistia como algo possível, até porque que isso já foi tentado em anos anteriores e a discussão foi retirada, por pressão da opinião pública. Sempre digo que concordo com o objetivo do ministro Sergio Moro de combater o crime e a corrupção, mas acho que o assunto do caixa 2 tem que ser bem estudado para que não cometamos nenhuma ilegalidade ou inconstitucionalidade.

O que seria cometer ilegalidade ou inconstitucionalidade?

Temos que analisar primeiramente a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão da Justiça Eleitoral e da Justiça comum. Depois, temos que analisar tudo que já foi feito no Brasil e quais seriam os reflexos disso em termos de ampla defesa, de contraditório, quanto a essas pessoas que cometem crimes na área eleitoral. É um tema sobre o qual ainda não formei uma convicção mais forte, porque acredito que tem que ser mais elucidado.

Concorda com a decisão do Supremo de transferir os processos para a Justiça Eleitoral?

A priori, fui favorável, mas não estou fechado a uma possível discussão. Há projetos que já estão tramitando na Casa. A deputada Bia Kicis (do PSL) é uma que tem trabalhado muito essa questão. E outros deputados querem, passada a Previdência, começar a discutir a revisão dessa decisão do Supremo.

A PEC da reforma tributária também deve passar pela comissão que o sr. preside. Acha que será uma discussão mais fácil?

Claro que reforma tributária nunca é um tema fácil, porque há interesses de todos os lados. Mas acredito

que é um debate que o Brasil espera há décadas. O brasileiro não aguenta mais político prometer reforma tributária e não concretizar a votação dessa reforma. Minha prioridade na CCJ, passada a Previdência, com certeza será estar atento à PEC tributária, para poder designar um relator que tenha conhecimento jurídico e tributário ao mesmo tempo, a fim de avançarmos logo e mandar para a comissão especial começar a analisar. Sou favorável à unificação de impostos. Em qualquer país que tem uma legislação coerente, os impostos são unificados, não há tantos impostos como no Brasil. Hoje no Brasil quem mais paga tributo sobre sua renda é o pobre. O pobre contribui com mais de 50% do que ganha. Temos que fazer uma reforma que seja justa para todos, mas que também simplifique a vida do empresário, desburocratize e que possa, na medida do possível, reduzir a carga tributária como um todo.

Bolsonaro quer sair do PSL

11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

Jair Bolsonaro contou a interlocutores nesta semana que pretende deixar o PSL. Ele se disse incomodado, especialmente, com as denúncias de candidaturas laranjas no partido – algumas, como é sabido, teriam sido patrocinadas pelo seu ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. A propósito, o presidente tem repetido que irá demitir Álvaro Antônio se a Polícia Federal reunir provas de que ele sabia do esquema.

Adriano Machado/Crusoe



Bolsonaro na solenidade de 100 dias de governo: ele está descontente com o partido que o elegeu

Roadshow

11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

No próximo mês, Jair Bolsonaro deverá voltar aos Estados Unidos. Além de receber o prêmio Person of the Year, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, ele terá encontros com representantes de grandes bancos, como Citibank, JP Morgan e Bank of America. Em junho, Bolsonaro participará no Japão da reunião do G20. A ideia do Planalto é que ele aproveite a viagem para visitar um país europeu e outro árabe. Ainda não há definição de quais serão esses países.

Adriano Machado/Crusoé



A equipe internacional do Planalto trabalha na organização das próximas viagens

Lei do silêncio

11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

Raquel Dodge baixou uma ordem unida para seus auxiliares mais próximos. A fim de evitar turbulências durante o processo de sucessão na Procuradoria-Geral da República, ela não quer que eles falem sobre o tema. O staff do gabinete também tem sido orientado a evitar, a todo custo, conversas sobre investigações sensíveis que estejam em curso.

Adriano Machado/Crusoé



A sede da PGR, em Brasília: Dodge não quer que subordinados falem sobre transição e investigações rumorosas

Em campanha

11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

Ministros do Supremo Tribunal Federal, como Cármen Lúcia e Rosa Weber, têm se movimentado para que Grace Mendonça, ex-advogada-geral da União no governo Michel Temer, assuma uma das duas vagas que serão abertas no TSE, uma em abril e outra em maio. O movimento não é visto com bons olhos na corte porque o ingresso de Grace Mendonça significaria romper uma tradição. Ministros-substitutos em atuação no TSE costumam ter preferência nas substituições. Assim, seria natural que Carlos Horbach e Sergio Banhos fossem efetivados. A quebra do protocolo, porém, não é o único problema. Advogados e alguns ministros que se opõem ao movimento em favor da ex-AGU têm alertado que Grace, em algum momento, poderá ter que julgar processos de Temer, seu ex-chefe, que deverão ser remetidos para a Justiça Eleitoral.

Wilson Dias/Agência Brasil



Grace Mendonça tem o apoio de ministras do STF para chegar ao TSE

A antifaxina

11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

Davi Alcolumbre demitiu os funcionários do Senado que trabalharam na apuração interna sobre o uso irregular de cartões corporativos da casa. Eles haviam identificado o envolvimento de senadores e servidores nas irregularidades. Até hoje, aliás, os envolvidos estão ilesos. Não foi aberto qualquer procedimento para puni-los.

Adriano Machado/Crusoé



Alcolumbre: resultado da auditoria foi esquecido e os auditores, demitidos

Torpedo diplomático

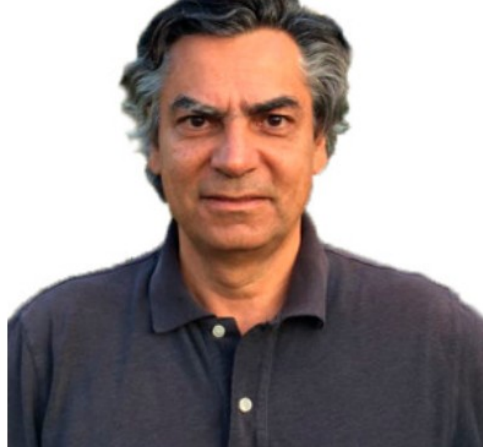
11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

A burocracia do Itamaraty trabalha, silenciosamente, para minar as chances do cientista político Murillo de Aragão na disputa pela embaixada brasileira em Washington. Nesse caso, a ofensiva não se dá por meio de dossiês, como é comum em Brasília, mas à boca miúda mesmo, na tentativa de fazer a informação chegar a quem decide. Os relatos incluem a informação de que Aragão tem histórico de não pagar religiosamente os salários dos funcionários das empresas de sua família. É algo que no Brasil pode ser até comum, mas que nos Estados Unidos não pega nada bem.

Adriano Machado/Crusoe





DIOGO MAINARDI NA ILHA DO DESESPERO

Aposentadoria? Nem pensar

11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

Jair Bolsonaro vai gastar mais dinheiro com propaganda da reforma previdenciária. Não adianta nada. É um mau produto. Quanto mais ele explicar, pior. Ninguém quer se aposentar mais tarde, ganhando menos. A única defesa que se pode fazer da reforma é que, sem ela, o Brasil quebra.

Eu já me aposentei uma vez, em 2010. Larguei a imprensa e fiquei em casa escrevendo um livro. Foi a melhor fase da minha vida. A aposentadoria é ótima. Depois disso, para me penitenciar, porque é um

sacrilégio ter tanto prazer assim, arrumei um trabalho que toma 14 horas do meu dia. E, dessas 14 horas, umas 7 são dedicadas à reforma previdenciária, o assunto mais aborrecido de todos os tempos, ao qual *O Antagonista* dedica uma quantidade desmedida de posts igualmente aborrecidos, em geral feitos por mim.

Apesar de ser essencial para a economia, a reforma previdenciária é ruim para os negócios. Ninguém quer ler sobre ela. É a PEC mata-cliques. Para me penitenciar, decidi trazer o tema também para a **Crusoé**. Mas é ainda pior do que isso. Daqui a alguns dias, vamos abrir outra frente de trabalho. Além de *O Antagonista* e da **Crusoé**, que vão continuar idênticos – ou seja, com a mesma carga horária -, poderei falar sobre a reforma previdenciária igualmente no A+, nosso novo empreendimento, que vai cobrir uma área do jornalismo que o site e a revista não cobrem.

Em breve, portanto, minhas 14 horas de trabalho vão se transformar magicamente em 18 ou 19. Não por acaso, a primeira providência que meu sócio e amigo fraterno Mario Sabino tomou foi obrigar-me a fazer, assim como ele, um seguro de vida. Desde então, estamos numa disputa entusiasmante para saber

quem morre mais cedo, ele ou eu. É provável que dê empate. Aposentadoria? Nem pensar.

A cegueira carioca

11/04/2019 19:03



MARIO SABINO

► OUVIR NOTÍCIA

O humorista Bussunda disse que São Paulo foi o lugar mais estranho em que ele fez amor. O lugar mais estranho em que namorei foi o Rio de Janeiro. Minha namorada morava no Leblon e todos os cariocas que conheci achavam o bairro o suprasumo do charme e da civilização. Não que o Leblon não tenha os seus encantos – até o paulistano Itaim Bibi tem –, mas eu olhava ao redor e constatava que estava tudo caído, para dizer o mínimo. Não fosse pela moldura natural, seria um bairro feio como tantos outros que compõem as cidades brasileiras. Não quero ser injusto com o Leblon, curiosamente o metro quadrado mais caro do país. É assim também com Ipanema e Copacabana. Na verdade, Copacabana é ainda pior, embora a sua orla seja a mais bonita do Rio. Trata-se de um desastre urbanístico sob todos os aspectos. Para ficar na Zona Sul, há ainda a Lagoa Rodrigo de Freitas. A paisagem é deslumbrante, mas o olfato às

vezes se sobrepõe à visão. De São Conrado, vou falar adiante.

Não sou bairrista. Como paulistano, reconheço que a minha cidade é uma das mais feias do mundo. Mas pelo menos não colocamos guarda-sóis na beira do rio Tietê. Os cariocas, no entanto, continuam a achar que o Rio de Janeiro é o Sul da França. Lembro que a filha da minha então namorada chamava um trecho da praia do Leblon de Saint-Tropez. Eu tinha medo de pegar micose na Saint-Tropez carioca. Durante uma competição, uma atleta gringa de bodyboarding pegou hepatite ao engolir a água do mar nas proximidades da Saint-Tropez carioca. Em Ipanema, coisa mais linda e mais cheia de graça ali encostada, a dona de uma barraca que vendia queijo coalho fazia xixi numa garrafa de refrigerante e voltava a servir o queijo sem lavar as mãos. O Diogo Mainardi, que morava no Rio nessa época, deparou com dois cadáveres na avenida Vieira Souto. Presuntos desovados.

Na minha fase carioca, eu fazia o que boa parte dos moradores da Zona Sul fazem – caminhava pela orla no calçadão desnivelado, mas sem relógio e carteira, para não ser assaltado. E via, para além de imundície, a desorganização mais completa na praia. Aquilo era uma feira a céu aberto, sem nenhuma fiscalização. Indignado com o estado dos postos de salva-vidas, dei uma carteirada como redator-chefe da *Veja*: telefonei para o governador (ele, Sérgio Cabral) e disse que era preciso pelo menos pintar as grades dos postos. Funcionou. Duas semanas depois, tudo foi pintado.

Tentei fazer com que a sucursal da revista fizesse reportagens sobre a degradação da orla carioca, um patrimônio brasileiro, mas a resistência foi brava. Consegui que a *Veja Rio* publicasse uma matéria sobre São Conrado, cujo mar estava tomado por esgoto in natura. Ao ler a reportagem, deparei com o comentário de um especialista que dizia que coliforme fecal de rico era menos problemático do que coliforme fecal de pobre. Resta um mistério saber como ele fez para diferenciar os coliformes fecais provenientes da favela da Rocinha daqueles despejados pelos prédios de luxo. Apesar da diferenciação social dos coliformes, a reportagem

causou protestos. Os moradores do bairro disseram que ela desvalorizava o seu pedaço. A *Veja Rio* fez outra reportagem para mostrar o quão deslumbrante era São Conrado, com a sua praia poluída, os seus viadutos pavorosos e uma favela cheia de bandidos despencando sobre o bairro.

A frase que eu mais ouvia dos jornalistas cariocas era “A gente não pode fazer reportagens contra o Rio”. Eu tentava argumentar que não se tratava de fazer reportagens contra o Rio, mas a favor do Rio. Mostrar insistentemente as mazelas era uma obrigação em relação à cidade – que se estendia, aliás, para muito além da Zona Sul. A Tijuca que eu frequentava nas férias infantis, por exemplo, estava desmoronando. Fracassei miseravelmente. Assim como a maioria dos cariocas que conheci, todos continuavam fingindo que o Rio de Janeiro era tão maravilhoso que continuava imune a décadas de desleixo, populismo e roubalheira. Favela não era problema, mas solução; o tráfico era uma questão social; a praia não era uma bagunça, e sim um espaço democrático; botecos sujos eram patrimônio cultural. Anos mais tarde, os Jogos Olímpicos do Cocô foram aplaudidos pelos cariocas como os melhores já realizados na história do esporte.

Em “O Poder da Ideias”, publicado em 1963, pouco depois de a capital federal ser transferida do Rio para Brasília, Carlos Lacerda escreveu o seguinte sobre os seus concidadãos: “Somos um povo impetuoso e generoso, capaz de disciplina e de indocilidade. Somos um povo carnavalesco, mas um povo sofrido: um povo de sambas e de reações profundas. Somos um povo com senso de humor e com repentes de ira sagrada. Somos um povo que não gosta de se curvar, mas que se volta para ver a beleza – que nasce aos nossos olhos todas as manhãs. Aqui até os mais pobres moram de rosto voltado para a maravilha da natureza que a incúria dos governos ainda não conseguiu desfigurar. As favelas têm por fundo a Serra dos Órgãos. Pensavam que nos abandonando interiorizavam a civilização, mas foi aqui que a deixaram”. Coitado do Lacerda.

Acho que os cariocas são principalmente um povo cego para a sua própria cidade. Cegueira de amor, mas cegueira. Eles não podem enxergar a realidade apenas quando cai uma chuva forte que inunda cartões postais. Se os cariocas mantivessem os olhos sempre abertos, seria ótimo para o país inteiro.

Coração do meu Brasil.

A cusparada na liberdade de expressão

11/04/2019 18:00



FELIPE MOURA BRASIL

► OUVIR NOTÍCIA

“O que temos hoje no Brasil é um ato arbitrário. Quando o Estado persegue o cidadão, não há outro nome. É abuso de autoridade.”

“Não pode haver impunidade, cabendo ao Judiciário definir os termos da condenação.”

Quem deu as declarações acima?

- A) Lula e Sergio Moro;
- B) Michel Temer e Marcelo Bretas;
- C) Fernando Haddad e Jair Bolsonaro;
- D) Renan Calheiros e Deltan Dallagnol;
- E) Maria do Rosário e Maria do Rosário.

Tempo.

E a resposta correta é....

Letra E. A mesma deputada petista que, em vídeo no Youtube, considerou “extremamente abusivo” “tudo que há em torno desse processo contra Lula”, ex-presidente condenado em segunda instância por corrupção passiva e lavagem de dinheiro a 12 anos e 1 mês de prisão no caso do triplex, posou contra a impunidade, afirmando em nota que, no caso do humorista Danilo Gentili, condenado em primeira instância a 6 meses e 28 dias de detenção em regime semiaberto por injúria contra ela, cabe ao Judiciário definir os termos.

Curiosamente, o caso de Gentili começou com uma declaração de Maria do Rosário em defesa do então deputado psolista Jean Wyllys, que havia cuspidido em Jair Bolsonaro na Câmara, e do ator petista José de Abreu, que havia cuspidido em um casal (homem e, sim, mulher) dentro de um restaurante em São Paulo.

“Julgam Jean e Zé de Abreu por uma reação imediata. Quem reage a agressão não planeja como agir, quem agride sim. Respeite e serás respeitado.”

Bolsonaro não havia agredido Jean Wyllys; e o casal, verbalmente, hostilizava Zé de Abreu pelo uso da Lei Rouanet, que ele negou ter feito (mentira depois evidenciada pelo próprio ator, que disse no programa do Faustão tê-la usado duas vezes). Rosário chamou de “agressão” o insulto verbal ocorrido em um caso, para amenizar ou legitimar a agressão física das cusparadas de Wyllys — uma ação planejada, como mostraram as câmeras, não “reação imediata”.

O que fez Gentili?

Aplicou o raciocínio da deputada (de amenizar ou legitimar reações agressivas a supostas agressões) contra ela própria, aludindo ao caso em que a petista disse “sim” quando Bolsonaro questionou se ela o estava chamando de estuprador: “aí ela chama um cara de estuprador, toma um empurrão, dá chilique, falsa e cínica pra caralho”; “quando alguém cuspir em você devolva com um soco que a Maria do Rosário aprova cuspir nela quando ela chama de estuprador”.

Rosário alegou que Gentili lhe causou um grande prejuízo quando disse “devolva com um soco” porque a deputada recebeu “inúmeras ameaças” de

muitos dos então doze milhões de seguidores do humorista, “razão pela qual ela pediu providências à Câmara”. A petista, obviamente, ignorou que a frase de Gentili recomendava, em tom de ironia, um soco em “alguém”, não em Rosário, que cuspiisse no leitor.

Gentili então recebeu uma notificação extrajudicial pedindo a retirada dos conteúdos publicados por ele no Twitter e publicou um vídeo em que esconde com os dedos o início e o fim da palavra deputada – deixando visível apenas “puta” –, rasga a notificação, coloca os papéis dentro das suas calças e o remete de volta à Câmara.

Ninguém precisa conhecer ou apreciar o trabalho de Gentili, nem considerar engraçado ou de bom gosto este comportamento específico, mas, pelo contexto, nota-se que, ao chamar Rosário de “puta”, o humorista não acusou a deputada de ser uma prostituta que aluga seu corpo e seus serviços sexuais. Ele simplesmente a xingou, em reação a um documento do Estado com teor de censura a postagens de conteúdo crítico, ainda que ácido, a uma deputada e sua defesa de cuspidores.

“O caso concreto revela a expressão de uma personalidade merecedora de reprovação em grau elevado”, escreveu a juíza Maria Isabel do Prado, da 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo, ao condenar Gentili a detenção em regime semiaberto, mesmo reconhecendo que o “crime” não foi praticado com violência e que o réu não é reincidente. Como o cinismo petista já era conhecido, o caso concreto, na verdade, revela apenas a banalização da prisão como forma de patrulha.

Estimulada por Rosário, a Justiça cuspiu na liberdade de expressão.

Felipe Moura Brasil é diretor de Jornalismo da Jovem Pan.



RUY GOIABA

Palavras que valem por mil imagens

11/04/2019 19:03

► OUVIR NOTÍCIA

O grande acontecimento dos últimos dias – talvez das últimas décadas — foi terem conseguido captar pela primeira vez imagens de um buraco negro à inimaginável distância de 55 milhões de anos-luz deste planetinha. Trata-se de algo formidável sob qualquer aspecto: como disse o astrofísico Rodrigo Nemmen ao Estadão, “é como se você colocasse uma caneca na superfície da Lua e fotografasse esse objeto daqui da Terra”.

Foi necessário reunir dados dos radiotelescópios de oito observatórios espalhados pelo mundo e armazenar uma imagem que, informa a Folha, tem

peso equivalente a “5 milênios de músicas MP3 tocando ou selfies tiradas por 40 mil pessoas ao longo de toda a vida”. A muito jovem Katie Bouman (29 anos!), uma das cientistas responsáveis pelo processo, foi fotografada com o montão de discos rígidos necessários para gravar a imagem do buraco negro, em uma versão “século 21” da cientista da computação Margaret Hamilton ao lado da pilha de códigos que ela escreveu para ajudar a levar os astronautas à Lua.

Ciente de tudo isso, não consigo deixar de achar que a [foto resultante](#) parece capa de álbum de alguma banda grunge dos anos 90, como o Soundgarden – e de um disco não particularmente bom. É um pouco como se você subisse uma montanha, com toda a cansativa preparação que as escaladas requerem (e que nunca fiz, já que reluto até em subir a um teleférico), para encontrar lá em cima uma versão 360° do descanso de tela do Windows do computador da sua tia-avó.

No fundo, é uma prova da insuficiência da imagem para transmitir essas grandes experiências (e, sim, sei que estou puxando a brasa para a minha sardinha, já que vivo de escrever e não de filmar ou fotografar). Sem toda a explicação – em palavras —

do que é um buraco negro e dos incríveis esforços envolvidos em conseguir fazer uma imagem do fenômeno, a foto vira “a capa do disco grunge”. A própria viagem à Lua foi uma epopeia digna de Homero, mas as imagens dos primeiros astronautas, desprovidas do contexto, mostram basicamente uns caras com roupas engraçadas dando pulinhos em um terreno arenoso.

Uma das minhas frases favoritas de Millôr Fernandes é a resposta dele ao velhíssimo clichê da “imagem que vale por mil palavras”: “Tenta dizer isso sem palavras”. Com todo o respeito aos fotógrafos e pintores, ainda não inventaram nada mais expressivo que a palavra para tentar dar conta da amplitude da experiência humana (conseguir são outros quinhentos). Sim, incluindo aquelas piadas sobre “buraco negro” que dão vontade de desaprender a ler.



Katie Bouman e seus discos rígidos (à esq.); Margaret Hamilton e seus códigos

✱

Imaginem que um humorista alinhado à esquerda – Gregório Duvivier, por exemplo — xingue Jair Bolsonaro no Twitter (“miliciano”, “assassino”, algo assim). Bolsonaro envia uma notificação para que ele apague os tuítes. Duvivier faz um vídeo esfregando a notificação no saco e devolvendo-a ao Planalto por Sedex. O presidente abre processo por injúria, e uma juíza decreta a prisão do humorista.

Vocês, que estão aplaudindo a sentença de prisão de Danilo Gentili, fariam exatamente igual se os sinais ideológicos dos personagens fossem invertidos?

(A pergunta é retórica. Não precisam responder.)

A GOIABICE DA SEMANA

Já falei muito mal do general Mourão por aqui, antes de ele receber o que parece ter sido o melhor *media training* do Universo e se tornar uma espécie de “fada sensata” do governo Bolsonaro. Mas me sinto obrigado a citar aqui uma fala de uns dias atrás sobre seu apoio à construção de um muro entre os EUA e o México: “O presidente Bolsonaro já disse que apoia; se ele declarou, eu também apoio. Estou que nem um paraquedas com ele, estou com ele e não abro”.

Ou seja, se Bolsonaro se esborrachar no chão, Mourão vai junto. Só não consegui decidir se a frase é muito goiaba ou muito genial.